



## Senado avalia projeto que proíbe corte em verba para segurança

Proposta é um dos itens da pauta de hoje do Plenário, que pode votar também texto que define competências para julgamento de ações em disputas intrapartidárias

Os recursos destinados pelo Orçamento da União a ações de segurança pública não poderão sofrer cortes, determina um projeto de lei que pode ser votado hoje pelo Plenário. A proposta, que integra a pauta de segurança pública definida pelo Senado, é um dos itens na ordem do dia.

Outro projeto que pode ser analisado pelos senadores trata das competências da Justiça Eleitoral para julgar ações que

envolvam disputas nos partidos políticos ou a validade de atos partidários.

A pauta tem também dois projetos na área do ensino: um deles torna obrigatória a instalação de bibliotecas de qualidade nas escolas, enquanto outro insere a educação alimentar nos currículos.

A última proposta da pauta busca melhorar a qualidade dos serviços de atendimento ao consumidor prestados pelas empresas de internet e telefonia. **3**

**Comissão analisa MP sobre servidor de ex-territórios **2****

**Subcomissão debate inspeção do trabalho **8****

**Privatização da Eletrobras será discutida hoje **7****



Janete de Araújo/Agência Senado

Eunício cobra que Câmara envie MPs ao Senado com mais prazo de análise

### Congresso deve derrubar veto a Refis para micros, afirma Eunício

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse que o Congresso pode derrubar hoje veto a projeto que previa programa de refinanciamento para pequenas e microempresas. O senador avalia que também pode cair o veto parcial à proposta que reformulou a carreira de agentes de saúde. Outro veto que deve estar na pauta do

Congresso trata do programa de regularização de dívidas com o Funrural.

Eunício também cobrou da Câmara agilidade na análise de medidas provisórias. A MP que altera a reforma trabalhista, disse, só será votada no Senado se chegar à Casa com pelo menos uma semana antes do fim da vigência, no dia 23. **3**



Paulo Paim (3º à esq.), vice-presidente da CDH, pediu a realização da audiência

### Famílias de autistas cobram cumprimento da legislação

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos, familiares de pessoas com autismo pediram que seja feito censo da população com o transtorno,

em obediência à Lei Berenice Piana. Eles cobraram ainda políticas públicas capazes de auxiliar os portadores de autismo e suas famílias. **8**

### Facilitar porte de armas pode aumentar homicídios, diz estudo



No momento em que a Câmara debate projeto que facilita regras para a compra de armas, especialistas citam estudos segundo os

quais o risco de homicídios, suicídios e acidentes fatais envolvendo crianças aumenta com a proliferação de armamentos. **4 e 5**



Carlos Magno/Governo do Rio de Janeiro

Rifles apreendidos: crise reacende o debate sobre o porte de armas

### Brasil deve unificar pauta com vizinhos, aponta debate

Durante audiência pública promovida pela Comissão de Relações Exteriores, professores da UnB e do Uniceub afirmaram que o Brasil e os demais países do Mercosul devem unificar as pautas para negociação com a União Europeia.

Para os especialistas, o bloco precisa estabelecer estratégias comuns para avançar no acordo com os europeus.

A audiência faz parte do ciclo de debates sobre o Brasil na ordem internacional. **7**

### Plenário celebra certificação da pecuária brasileira

Sessão comemorou a certificação do Brasil como país livre da febre aftosa com vacinação pela Organização Mundial de Saúde Animal. Senadores e o ministro da Agricultura elo-

giaram produtores, técnicos e gestores pela erradicação da doença, que há 12 anos não é relatada no país, e lembraram que a meta agora é manter o gado saudável sem vacinar. **2**



Ministro da Agricultura, Blairo Maggi (2º à esq.) cumprimenta o senador Waldemir Moka durante a sessão

### Possível fusão entre Embraer e Boeing é criticada em audiência

Sindicalistas criticaram ontem a possível fusão entre a Embraer e a Boeing. Em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos, eles afirmaram que a venda da empresa brasileira produtora de aviões à companhia americana pode trazer riscos à segurança nacional e provocar demissões no Brasil. **6**



Encartado nesta edição, o **Jornal Senado Mulher**



Blairo Maggi (2º à esq.), ministro da Agricultura, e o senador Waldemir Moka (C) comemoram certificação

## Brasil receberá certificado de qualidade em pecuária

Em sessão do Plenário dedicada a homenagear o atingimento da meta de erradicar a aftosa nos rebanhos do país, senadores elogiam o esforço de produtores e esperam abertura de mercados

O RECONHECIMENTO FORMAL do Brasil como área livre da febre aftosa será feito em 20 de maio pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE, na sigla em inglês), em congresso da entidade, em Paris. A informação foi dada ontem durante sessão de homenagem à nova condição do país, no Plenário do Senado.

Para Waldemir Moka (PMDB-MS), que presidiu a sessão, a decisão da OIE é “um marco e uma grande conquista histórica”. Ele ressaltou que o país é hoje, a despeito de grandes dificuldades, líder mundial na produção de alimentos e na exportação de carnes. Segundo o senador, a solicitação do reconhecimento partiu do próprio comitê científico da entidade.

— É algo de enorme relevância, de uma abertura ainda maior de mercados em todo o planeta para nossos produtos — disse Moka, informando que 180 países fazem parte da OIE.

O senador enfatizou que o rebanho comercial do Brasil é o maior do mundo, com 217 milhões de cabeças, e que a pecuária brasileira responde por 18% das exportações mundiais de carne e por 7,4% do produto interno bruto (PIB) do país. Ele apontou a grande dimensão que o setor adquiriu no Brasil para a geração de riqueza, empregos e renda.

O ministro da Agricultura e senador licenciado, Blairo Maggi, fez um histórico do combate à febre aftosa no Brasil, desde o primeiro caso registrado, em 1895, no Triângulo Mineiro, até a criação do programa nacional de erradicação da doença, em 1992, e a obrigatoriedade da vacinação dos rebanhos em todo o país, em 1996.

— Tivemos uma batalha cheia de percalços, mas, graças a muito esforço, trabalho, conhecimento, dedicação e luta de produtores rurais, de gerações de técnicos e gestores, isso se tornou realidade — disse.

### Reconhecimento

Ele explicou que, em abril, o Brasil completa 12 anos sem ocorrência de febre aftosa, e que em maio, Amazonas, Roraima, Amapá e parte do Pará deverão receber o reconhecimento internacional da OIE, passando a integrar todo o território brasileiro na condição de livre de febre aftosa com vacinação. Santa Catarina está um patamar acima, livre de febre aftosa sem vacinação.

— Essa condição traz para o país evidentes impactos positivos na consolidação e na ampliação de mercados para os produtores pecuários brasileiros. Por essa razão, a luta contra a febre aftosa é tarefa

de todos — afirmou.

Durante a sessão, Cidinho Santos (PR-MT) disse que os senadores ligados ao setor produtivo precisam se reunir com o diretor-geral da Polícia Federal, Rogério Galloro, para falar sobre a Operação Carne Fraca.

— Este mercado é muito disputado internacionalmente e a última operação [3ª fase] tem provocado um grande dano — criticou o senador.

Já a senadora Ana Amélia (PP-RS) lembrou que o próximo objetivo do país é ser reconhecido internacionalmente como livre da febre aftosa no status “sem vacinação” até 2023, mas que o Rio Grande do Sul trabalha autonomamente para conseguir essa condição já em 2019.

Wellington Fagundes (PR-MT) reforçou que os avanços científicos e técnicos visando à erradicação da doença são notáveis.

O presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), Francisco Cavalcanti de Almeida, lembrou que existem hoje no país 327 cursos superiores nessa área e 135 de zootecnia. No Brasil, atuam profissionalmente 118 mil médicos veterinários e 9 mil zootecnistas.

Também participaram da sessão representantes de diversas entidades do setor pecuário.

## Comissão vota relatório sobre servidor de ex-territórios

A comissão mista que analisa a Medida Provisória 817/2018 deve analisar hoje, a partir das 14h30, o relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR).

A MP fixa condições para a inclusão dos servidores dos ex-territórios de Rondônia, Roraima e Amapá nos quadros da União. A medida

regulamenta três emendas constitucionais (60, de 2009; 79, de 2014; e 98, de 2017) que tratam da transposição desses servidores.

A Emenda 98 ampliou o número de pessoas que poderão solicitar a inclusão e, na MP, o governo incorpora a ampliação. A MP abrange ainda a extensão dos direitos

assegurados pela Emenda 79 aos servidores que, em iguais condições, tenham sido admitidos pelo estado de Rondônia até 1987 e por Amapá e Roraima até outubro de 1993.

Depois da comissão mista, a MP seguirá para os Plenários da Câmara e do Senado.

Com Agência Câmara

## Ana Amélia reitera apoio à prisão em segunda instância

Ana Amélia (PP-RS) defendeu ontem a manutenção da possibilidade de cumprimento da pena para os condenados em segunda instância. Ela disse que a sociedade aguarda com ansiedade a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento do habeas corpus impetrado pela defesa do ex-presidente Lula, condenado em primeira e segunda instâncias por corrupção e lavagem de dinheiro.

— Não podemos criar uma insegurança em que, em 2016, o Supremo tem uma convicção em uma matéria tão relevante quanto essa e agora poderá abrir uma brecha em relação a esse mesmo assunto, com repercussões extraordinariamente amplas e também desalentadoras para a sociedade, que viu na Operação Lava Jato um sopro de esperança — afirmou a senadora.

## Reguffe defende propostas sobre defesa do consumidor

Reguffe (sem partido-DF) defendeu ontem a votação de projetos relacionados à defesa do consumidor. Entre as propostas, duas são de autoria do senador.

Ele destacou o projeto que acaba com a cobrança de tarifa de assinatura básica e consumo mínimo (PLS 378/2015). Reguffe citou o caso da Companhia de Sa-



neamento Básico do Distrito Federal (Caesb), que cobra mensalmente uma tarifa mínima equivalente ao consumo de 10 metros cúbicos de água, mesmo que o volume usado pela família tenha sido menor.

A outra proposta prevê indenização aos passageiros por atrasos em voos, independentemente de ação na Justiça (PLS 101/2015).

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CI Serviços de esgoto**  
9h Entre 17 itens, o PLS 291/2013, que regula a cobrança pela prestação dos serviços de esgotamento sanitário.
- ESTATUTO DO TRABALHO Inspeção**  
9h Audiência interativa sobre o sistema de inspeção do trabalho. Às 14h, reunião de trabalho para apresentação de textos elaborados por entidades.
- CAE Guarda-vidas**  
10h Na pauta de 15 itens, o PLC 66/2011, sobre o exercício da atividade de guarda-vidas. Logo após, avaliação de políticas públicas nos setores de petróleo e gás natural.
- CRA Escoamento da produção agrícola**  
11h Debate com representante do Ministério do Planejamento a respeito de investimentos para escoar a produção agrícola.
- CE Detectores em ginásios**  
11h30 O PLC 67/2017, que obriga o uso de detectores de metal em eventos em ginásios, é um dos 12 itens da pauta.
- CMA Aquaponia**  
11h30 O PLS 162/2015, que incentiva a aquaponia, está na pauta de 13 itens.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**  
14h O PLS 181/2017 — Complementar, que estabelece a competência da Justiça Eleitoral para julgar a validade de atos intrapartidários, abre a pauta.
- CCT Prontuários digitais**  
14h30 Entre 25 itens, o PLS 167/2014, que autoriza o armazenamento eletrônico dos prontuários dos pacientes.
- CMCVM Violência doméstica e familiar**  
14h30 Audiência sobre assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.
- MP 809/2017 Legislação do ICMBio**  
14h30 Análise do relatório.
- MP 810/2017 Setor de informática**  
14h30 Análise do relatório.
- MP 814/2017 Setor elétrico**  
14h30 Audiência pública com representantes da Eletrobras Amazonas, do Diesel, do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético e da Federação Nacional dos Urbanitários.
- MP 817/2018 Servidor de ex-territórios**  
14h30 Votação do relatório.
- CONGRESSO Vetos**  
14h30 Análise de vetos.

### SESSÃO ON-LINE

- Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>
- Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

- Participe**: <http://bit.ly/audienciainterativa>
- **Alô Senado**: 0800 612211
- **Acompanhe**: • Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/cidadania](http://senado.leg.br/cidadania)
- **Facebook**: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter**: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- **TV**: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

# Pauta tem segurança, educação e Justiça Eleitoral

Texto que define competências para o julgamento de questões intrapartidárias é uma das propostas que o Plenário do Senado deve analisar hoje

A PAUTA DE hoje do Plenário do Senado tem projetos de lei sobre temas variados, como a proibição de cortes nos recursos destinados à segurança pública, a obrigatoriedade de bibliotecas em escolas de educação básica e a competência da Justiça Eleitoral em questões relacionadas a disputas intrapartidárias.

Um dos itens da pauta é o PLS 90/2007 — Complementar, do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA). A proposta proíbe o corte de recursos destinados pelo Orçamento da União à segurança pública. Assim, essas dotações passariam a ser despesa obrigatória. O texto integra a pauta de segurança pública definida pela Presidência do Senado em conjunto com as lideranças partidárias.

Outro projeto na ordem do dia é o PLS 181/2017 — Complementar, do senador Romero Jucá (PMDB-RR), que dá à Justiça Eleitoral competência para examinar ações que tratem de disputa intrapartidária. De acordo com o texto, ao julgar ações envolvendo



Helicóptero da PM em ação no Rio: projeto na ordem do dia do Plenário proíbe cortes em recursos do Orçamento destinados à segurança pública

disputas nos partidos ou a validade de atos partidários, a Justiça Eleitoral não deverá se manifestar sobre a oportunidade ou a conveniência da decisão tomada. Terá de se limitar a examinar a validade formal, o enquadramento na legislação eleitoral e os direitos dos filiados.

## Bibliotecas

Os senadores também podem votar hoje o substitutivo do senador Paulo Paim

(PT-RS) ao PLC 28/2012, do deputado federal Sandes Júnior (PP-GO). O substitutivo de Paim torna obrigatória a implantação de bibliotecas de qualidade nas escolas.

Na educação básica, elas devem ter no mínimo 80 metros quadrados e equipamentos de acessibilidade e conforto térmico e acústico, além de iluminação adequada. Há ainda a exigência de condicionador de ar, computadores com acesso à internet e impressoras, entre

outros itens. O mobiliário da biblioteca deverá ser adequado tanto para crianças quanto para adultos.

Está ainda na pauta o substitutivo do senador Pedro Chaves (PRB-MS) ao PLC 102/2017, do deputado Lobbe Neto (PSDB-SP). O texto inclui o tema educação alimentar e nutricional nos currículos dos ensinos fundamental e médio.

No substitutivo, o relator destaca a importância do tema nos dias atuais, em que a

alimentação das crianças não ocorre apenas em casa, mas em muitos espaços sociais, muitas vezes sem orientação de adultos.

Outro projeto que pode ser avaliado é o PLS 502/2013, do ex-senador Vital do Rêgo. O texto relaciona a base de cálculo da taxa de fiscalização de funcionamento do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações às metas de qualidade no atendimento ao usuário fixadas pelo órgão regulador.

## Congresso deve derrubar veto ao Refis das pequenas empresas, prevê Eunício

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse que os parlamentares devem derrubar, em sessão do Congresso hoje, o veto presidencial ao projeto que instituiu o Refis para pequenas e microempresas (PLC 164/2017 — Complementar). O programa de refinanciamento — permitido às empresas optantes pelo regime de tributação Simples — havia sido aprovado pelo Senado no final de 2017.

— Aproveitei essa conversa para vir falar com o presidente [Michel Temer] e avisá-lo de que vamos comandar o processo dessa derrubada dos vetos das micros e pequenas empresas por uma questão de justiça. Fizemos no Brasil 17 Refis, quando chegou na hora dos miúdos, dos pequenos — e eu sou contra, por convicção, o Refis —, houve veto completo, a pedido da área econômica — argumentou.

Eunício também afirmou que o veto parcial ao projeto que reformulou a carreira de agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias deve ser revisto (Projeto de Lei da Câmara 56/2017).

Entre os pontos rejeitados, estão a carga horária de 40 horas, a indenização por transporte e as regras de cursos de



Eunício disse que Senado só vota MP que altera reforma trabalhista se o texto chegar à Casa com prazo de 7 dias

formação continuada

— Temos outro veto sobre os homens e mulheres que vivem no dia a dia a luta da saúde, os agentes de saúde. Vamos fazer um trabalho para que esse veto seja revertido na noite de amanhã [3 de abril] — respondeu aos jornalistas.

## Funrural

Outro veto a ser pautado por Eunício é o que rejeitou uma série de dispositivos da proposta que instituiu o Programa de Regularização Tributária Rural para débitos acumulados junto ao Fundo

de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural). O PLC 165/2017 foi aprovado pelo Senado em dezembro.

Sobre a reforma trabalhista, Eunício disse que, caso a Câmara envie ao Senado a Medida Provisória 808/2017 até uma semana antes de perder a vigência, o que ocorre no dia 23, a Casa a tratará como relevante e urgente e a votará.

A MP 808 alterou 17 artigos da reforma trabalhista (Lei 13.467/2017), alterando pontos considerados conflituosos. Ela garantiu, por exemplo, que grávidas não poderão traba-

lhar em ambientes insalubres, como previa o texto original.

Ele informou que os senadores estão incomodados com a postura da Câmara dos Deputados de usar quase todo o prazo de vigência das medidas e enviá-las para a análise da Casa Revisora já quando estão prestes a vencer.

— Nenhuma matéria pode chegar sempre às vésperas, sempre no mesmo dia [da Câmara]. Não sou eu, são os senadores que estão reclamando muito da Presidência em relação a colocar em pauta matérias de última hora. A

Câmara fica 120, 118, 115 dias com a matéria e só chega no Senado no último dia. Se chegar com até sete dias, voto a MP — salientou Eunício.

## Medidas provisórias

Eunício também cobrou que a Câmara dê encaminhamento à medida que impõe ritos e prazos para o envio de MPs para análise do Senado. Um dos textos que aguardam análise dos deputados é a PEC 11/2011, do ex-senador José Sarney.

Ela prevê que, em vez de uma comissão mista, a MP começará a ser discutida por uma comissão especial em cada Casa, mas irá direto ao Plenário se for esgotado o prazo no colegiado. Hoje as MPs só vão ao Plenário da Câmara depois da aprovação na comissão mista.

O texto também delimita prazos para a análise por cada uma das Casas. A Câmara terá 70 dias para analisar a MP. Depois, serão dados 30 dias para o Senado. Se o texto for modificado, a Câmara terá mais 20 dias para analisar as alterações. O prazo total permanece de 120 dias, mas o texto pode perder a validade com 100 dias se nesse prazo não tiver sido votado nem na Câmara nem no Senado.



Renan fala na sessão temática no Plenário: discussão sobre o estatuto é fruto da constatação de que as políticas falharam e da presunção de que existem soluções fáceis

## Debate sobre o porte de armas revela falhas da política de segurança pública

Segundo o *Mapa da Violência*, entre 1980 e 2014 o número de assassinatos no Brasil cresceu 592,8%. No período, 830,4 mil foram mortos

EM DEBATE SOBRE o quadro geral da segurança pública, no dia 6 de março, senadores abriram espaço a um dos aspectos mais controversos da discussão sobre criminalidade e violência: a posse e o porte de armas de fogo por cidadãos comuns.

A possibilidade de o país vir a facilitar o uso em larga escala de alguns tipos de revólveres, pistolas e armas de cano longo foi rejeitada por pelo menos quatro parlamentares: Renan Calheiros (PMDB-AL), Jorge Viana (PT-AC), Humberto Costa (PT-PE)

e Lídice da Mata (PSB-BA).

O posicionamento contrário antecipa embate travado atualmente na Câmara dos Deputados e que deve prosseguir no Senado em 2018, caso chegue à Casa um projeto que flexibiliza as regras do Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/2003). Os defensores do PL 3.722/2012, do deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB-SC), alegam que o estatuto deixou a população indefesa contra bandidos armados.

Pronto para votação no Ple-

nário da Câmara, o texto foi batizado também de estatuto, mas com o complemento “de Controle de Armas”. O projeto propõe que qualquer cidadão tenha o direito de comprar e portar armas de fogo, inclusive quem responde a processo por homicídio ou tráfico de drogas. A proposta também reduz de 25 para 21 anos a idade mínima para a compra.

Hoje as regras são mais rígidas (veja quadro ao lado), apesar de o estatuto não proibir a compra de armas por não membros das forças de segurança. Aliás, desde 2004, quando as regras entraram em vigor, mais de 750 mil armas foram vendidas no Brasil, segundo dados do Exército. E pelo menos 190 mil novos registros foram concedidos para defesa pessoal, segundo o *Mapa da Violência 2016*.

A publicação informa que as mortes por arma de fogo (homicídios, acidentes, suicídios e ocorrências não esclarecidas) somaram 436,4 mil entre 2004 e 2014. Se observado um período mais longo, entre 1980 e 2014, atingiram a marca de 967.851 ocorrências, com amplo predomínio dos homicídios (830.240), representando 85,5% do total. A trajetória dos assassinatos nesses 34 anos é ascendente. O aumento foi de 592%, enquanto o crescimento populacional não passou de 70%.

Já o *Atlas da Violência 2017*, publicado pelo Ipea em cooperação com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, mostra que 71,9% (41,8 mil) dos homicídios registrados oficialmente no Brasil em 2015 (59.080) foram cometidos com armas de fogo. Na Europa, esse índice é de 21%. No mundo, é de 40%, segundo a ONU.

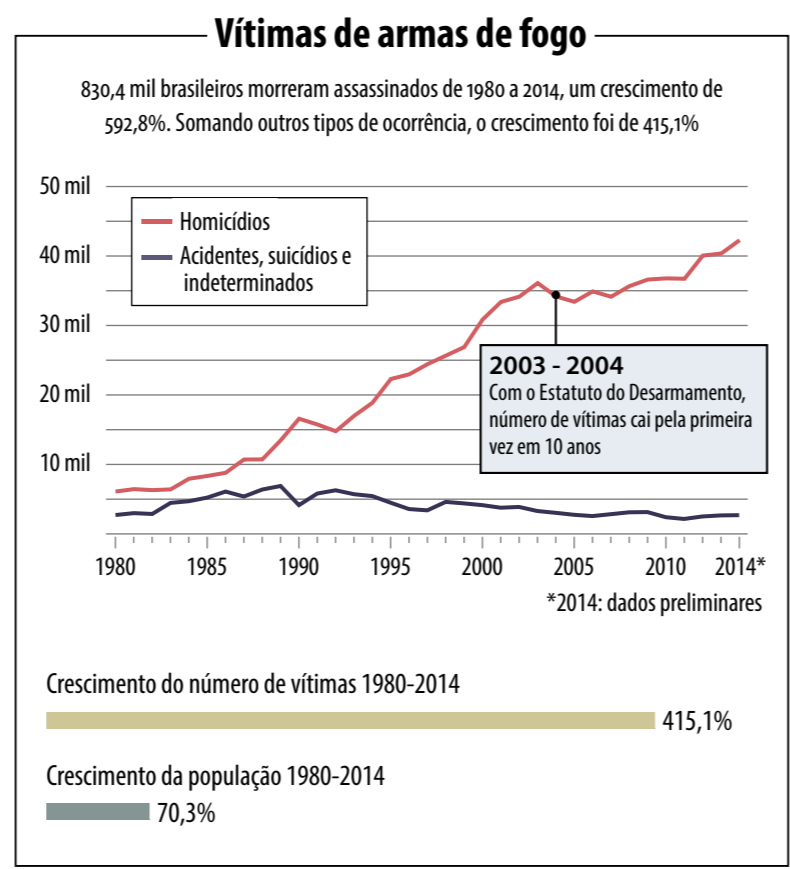
Da sanção do estatuto até 2007, observou-se uma queda nas mortes em todo o país por esse tipo de dispositivo. Mas a partir daquele ano, os registros cresceram, sobretudo, no Norte e Nordeste. No Rio Grande do Norte o aumento foi 303% entre 2005 e 2015.

### Estudos

De acordo com o *Atlas da Violência*, um grande número de estudos internacionais mostra que a proliferação das armas de fogo faz aumentar o risco de homicídios, suicídios e acidentes fatais envolvendo crianças.

Para o economista Daniel Cerqueira, um dos estudiosos à frente da publicação, a cada 1% no aumento da proliferação de armas de fogo, a taxa de homicídios cresce em torno de 2% nas cidades, por três motivos.

A maior disponibilidade leva à queda no preço de armas no mercado ilegal. Em segundo lugar, aumentam as chances de um indivíduo armado sofrer homicídio ao ser abordado por criminosos. Por último, muitas situações, como brigas de bar, terminam em morte porque o portador de uma arma de fogo “acaba perdendo a cabeça”. O *Atlas da Violência* faz menção ao projeto no contexto dos estudos científicos e de estatísticas desfavoráveis e aponta um caminho alternativo ao rearmamento: “Há a necessidade de se



## Ausência do Estado favorece entrada no crime, afirma especialista

Iranildo Gonçalves, de 47 anos, morador de Sobradinho II, no Distrito Federal, não esquece o dia em que foi agredido por policiais. Negro, pobre e morador da periferia, Iran, como é conhecido, estava destinado a trilhar o caminho seguido por vários companheiros seus: passar para a marginalidade. Em 1994, no entanto, fundou o Grupo Cultural Azulim, depois de ele e seus colegas serem in-

justamente classificados como uma gangue pelas autoridades. A iniciativa, antes intitulada Grupo de Jovens de Sobradinho II, adotou um novo nome após ser identificada pela cor negra “azulada” de seus membros, apelidados de “azulins” pela comunidade.

Os mais de 20 anos de experiência com trabalho entre os jovens permitem a Iran afirmar que a falta de políticas públicas é um campo fértil

para que jovens da periferia caiam em atividades criminosas. O Azulim foi criado para combater a marginalização e lançou o Programa Jovem de Expressão, em parceria com a Caixa Seguros e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), atendendo em oficinas que vão de informática a dança terapêutica, além de manter uma casa de reabilitação para dependentes químicos.

Recentemente a atenção de Iran passou para a alta taxa de homicídios com armas de fogo. O Distrito Federal tem o 13º maior índice de homicídios do Brasil. De acordo com o *Atlas da Violência 2016*, a capital registra uma média de 2 assassinatos por dia e uma taxa de 33,1 casos para cada grupo de 100 mil habitantes — mais que os 29,1 da média nacional. A maior parte dos crimes acontece com arma de fogo. Em cidades goianas no Entorno de Brasília, a situação é ainda mais crítica, com taxa de homicídios de 51,6 por 100 mil habitantes.

### Tragédias

Uma das pessoas que foram em busca do auxílio das ações da ONG é Washington Luiz Batista Alves, instrutor de capoeira, cuja vida é marcada por várias tragédias relacionadas com armas de fogo. No final dos anos 90, em uma discussão banal, morreu um amigo. Em 2009, sua irmã morreu alvejada com cinco tiros. Em 2015, um filho de 24 anos foi morto em uma tentativa de latrocínio. E no passado, um sobrinho foi morto no Dia dos Pais, pelo mesmo motivo. Com exceção



O instrutor de tiro Rodrigo Moreira afirma que o aumento da violência faz crescer a procura do clube para defesa pessoal



Iranildo afirma que a falta de políticas públicas é campo fértil para o crime

dos assassinos da irmã, os demais autores dos homicídios jamais foram encontrados.

Ele é totalmente contrário a um afrouxamento no controle de venda de armas.

— Se afrouxar, vamos ter que construir mais cemitérios — afirma.

Iran também é taxativo. — Em vez de colocar uma arma na mão do cidadão, tem que colocar um caderno e uma caneta. A arma tira a vida.

### Clube

A 52 quilômetros de onde Iran e Washington mantêm o projeto Azulim, funciona um dos mais tradicionais clubes de tiro do Distrito Federal. O Clube Esportivo de Atiradores, Colecionadores e Caçadores do Distrito Federal é o maior do gênero em Brasília, tem 17

anos e 3,1 mil sócios. Todos regulamentados, como afirma o responsável pelo clube, o instrutor de tiro Rodrigo Moreira, de 36 anos. Cada sócio paga uma anuidade de R\$ 650, leva suas próprias armas e munições.

— Temos todos os tipos de sócios. De gerente a dono de fazenda — resume Moreira.

A maioria dos sócios, relata, começou a frequentar os cursos de tiro por hobby.

— Mas quanto mais a violência aumenta, mais pessoas procuram para defesa pessoal. Todos os associados têm que obedecer às regras fixadas pelo Exército, que é quem controla as atividades desse tipo de associação.

Moreira faz parte do contingente que defende a flexibilização do Estatuto do Desarmamento e apoia as iniciativas que tramitam na Câmara e no Senado com esse objetivo.

Para ele, antes da entrada em vigor do Estatuto do Desarmamento, os bandidos tinham dúvida se uma casa tinha arma ou não. Hoje eles têm certeza que não existem armas, avalia: — O estatuto deu segurança para os bandidos. A população tem que ter o direito de ter armas — conclui.



Wilder: estatuto foi implantado com a falsa promessa de reduzir a violência

Brasileiro de Segurança Pública, Renato Sérgio de Lima, a revisão do estatuto tem forte conteúdo ideológico.

— Estão querendo cobrar do estatuto o que as políticas públicas não fazem. O controle de armas é uma agenda civilizatória.

Ex-secretária nacional de Segurança Pública, a advogada Isabel Guimarães chama a atenção para os movimentos cíclicos do processo legislativo. — O Congresso Nacional fun-

ciona em ondas. Como estamos em uma crise de segurança pública, é normal que surjam propostas como essa. Mas as respostas costumam ser a produção de legislação de baixa efetividade. Enfraquecer ou renegar o estatuto é uma pauta permanente de quem acredita que os cidadãos poderiam se defender sozinhos.

A liberdade de autodefesa é o ponto de vista do senador Magno Malta (PR-ES). — Se um bandido souber que um cidadão tem uma arma em casa, ele pode até entrar. Mas vai pensar dez vezes antes de entrar.

Mas a senadora Lídice da Mata (PSB-BA) propõe um outro recorte para a campanha pela flexibilização, ao classificá-la como parte dos “interesses da indústria de armas”: — Estão aproveitando a brecha da crise na segurança pública para colocar o tema em pauta. Contra essa estratégia, o senador Humberto Costa cobrou na sessão temática uma posição mais firme do governo, que tem no ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, um crítico do rearmamento. — A quantidade de projetos para flexibilizar o Estatuto do Desarmamento é enorme. É preciso que o governo também se envolva para impedir que a “bancada da bala” dê mais arma para quem quer que seja. Para o senador Jorge Viana, tarefa útil para reforçar esse con-

### Brasil armado

O que diz o Estatuto do Desarmamento e como ficará a legislação se o novo Estatuto de Controle de Armas de Fogo for aprovado

ESTATUTO DO DESARMAMENTO	ESTATUTO DE CONTROLE DE ARMAS DE FOGO
Idade mínima para a compra de armas: <b>25 anos</b>	Idade mínima para a compra de armas: <b>21 anos</b>
O porte só é permitido a quem demonstrar necessidade por atividade profissional de risco ou ameaça à integridade física	Quem cumprir os requisitos mínimos exigidos em lei pode ter e portar armas
Exige certidão criminal negativa e proíbe a venda a quem estiver respondendo a inquérito policial ou a processo criminal	Retira da lei a restrição para quem responde a processo ou inquérito policial e permite a compra e o porte de armas por condenados por crime culposos
Renovação do certificado de registro a cada três anos	Validade permanente sem necessidade de renovação
Armas devem ser destruídas ou doadas aos órgãos de segurança pública ou às Forças Armadas	Armas não devem ser destruídas, e sim doadas, vendidas ou reaproveitadas
Direito ao porte de armas para: trabalhadores da segurança pública e defesa nacional; servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público que estejam no exercício de funções de segurança	Amplia a lista e inclui: deputados e senadores; membros da AGU; agentes de fiscalização do Sistema Nacional do Meio Ambiente; agentes de segurança socioeducativos; peritos e auxiliares de perícia criminal

Fonte: EBC

## Entrega de armas à PF é permanente

O prazo para entrega de armas mediante indenização agora é permanente. Registradas ou não, de qualquer calibre e procedência, as armas de fogo podem ser entregues à Polícia Federal, mediante recibo e indenização que varia de R\$ 150 a R\$ 450, dependendo da arma.

Não haverá qualquer tipo de investigação em relação à origem da arma ou ao seu portador. O procedimento de entrega prevê a emissão de uma guia de trânsito e preenchimento de indenização que podem ser obtidas pela internet.

### Saiba mais

- Regras sobre armas de fogo (Polícia Federal)**  
bit.ly/armasPF
- Campanha do Desarmamento**  
bit.ly/entregaArmas
- Sessão do Senado para debater segurança pública em 6 de março**  
bit.ly/sessaoSeguranca
- Projeto de Lei 3.722/2012**  
bit.ly/PL3722
- Decreto que disciplina a utilização de armas**  
bit.ly/decreto3665

Veja todas as edições do Especial Cidadania em [www.senado.leg.br/especialcidadania](http://www.senado.leg.br/especialcidadania)

# Sindicalistas criticam fusão de Embraer e Boeing

Possível venda da empresa brasileira produtora de aviões para multinacional aérea americana traz riscos para a segurança nacional e para os empregados, disseram participantes de audiência pública

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) ontem, sindicalistas se manifestaram contra uma possível fusão entre a Embraer e a Boeing. No final do ano passado, a imprensa noticiou uma negociação entre a empresa brasileira e a multinacional aérea americana para criar uma nova empresa focada na aviação comercial.

Para o vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos (SP) e Região, Herbert Claros, o tema não está sendo tratado pelo governo com a devida atenção. Ele pediu que o governo atue em favor do Brasil e exerça seu poder de veto diante da negociação. Claros lembrou que a empresa não será privatizada, “porque esse processo já ocorreu em 1994”, com o governo apenas mantendo o controle acionário.

A venda da Embraer, segundo o sindicalista, pode gerar riscos para os empregos dos funcionários da empresa e também para a segurança

nacional. Ele disse calcular em cerca de dez anos o prazo para um possível fechamento da empresa, caso a negociação seja concluída.

Claros apontou que o sucesso da Embraer permanece “por conta do dinheiro público” e acrescentou que a empresa precisa ser reestatizada. Segundo ele, por meio de financiamentos do BNDES, medidas de isenção de folha de pagamento e outros incentivos, o governo brasileiro contribuiu com cerca de US\$ 24 bilhões para a Embraer nos últimos oito anos.

— Não faz sentido querer vender por US\$ 6 bilhões. Temos todos os motivos para dizer que essa empresa tem que ser brasileira — afirmou.

## Fechamento

Diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Botucatu (SP) e Região, Fabiano Roque disse que os funcionários da Embraer não têm informações sobre a negociação. Para ele, tanto os empregados como a sociedade precisam saber



Fabiano Roque cobrou transparência e Herbert Claros pediu que o governo exerça poder de veto na negociação



Fotos: Jefferson Rudy/Agência Senado

mais sobre a possível compra da empresa. Ele destacou que a decisão pode afetar 18 mil funcionários, que temem pelo fechamento da Embraer, caso a Boeing efetive a compra.

— Os empregados estão inseguros porque não sabem nada sobre essa negociação. Será muito fácil, a longo prazo, levar nossa tecnologia para os Estados Unidos e fechar as portas aqui. Não vemos futuro nenhum nessa compra — declarou Roque.

A audiência foi sugerida e presidida por Paulo Paim (PT-RS). O senador destacou que a CDH também enviou convites para os Ministérios da Defesa,

da Casa Civil e da Ciência e Tecnologia. Os ministérios, porém, não enviaram representantes para a audiência. A mesma situação ocorreu com a Embraer, que informou que não teria condições de enviar representante para o debate.

## Documento

Paim sugeriu que os sindicatos façam um documento com suas posições sobre o negócio entre a Boeing e a Embraer.

— Eles não vieram ouvir, mas vão ter que ler — disse Paim, acrescentando que a CDH enviará o documento para a Embraer e para o governo.

A Embraer é um conglome-

rado empresarial brasileiro que atua no setor aéreo, com foco na produção de aviões comerciais, executivos, agrícolas e militares e peças aeroespaciais.

Criada em 1969 pelo governo brasileiro, a empresa enfrentou dificuldades de gestão a partir da década de 1980 e foi privatizada em 1994. Mas o governo ficou com uma ação de classe especial chamada *golden share*, com direito a veto. Assim, qualquer decisão estratégica, como troca de controle acionário e criação ou alteração de projetos militares, precisa, na prática, da aprovação do governo.

## Raimundo Lira lamenta morte de jornalista paraibana

Raimundo Lira (PMDB-PB) lamentou ontem a morte da jornalista Nelma Figueiredo, ocorrida na sexta-feira em um hospital de João Pessoa. Ele destacou que a jornalista, que faleceu aos 53 anos, dedicou-se à profissão por mais de três décadas, tendo sido uma das primeiras repórteres da TV Cabo Branco.

Para Lira, Nelma Figueiredo pautou sua trajetória profissional na ética e no respeito pela notícia. De acordo com ele, a jornalista será sempre um exemplo para aqueles que desejam fazer história na comunicação.



Waldemir Borreto/Agência Senado

## Telmário Mota cobra apoio do governo Temer a Roraima

Para Telmário Mota (PTB-RR), o presidente Michel Temer não tem compromisso com Roraima.

Segundo o senador, o governo destinará apenas R\$ 190 milhões ao Ministério da Defesa para a construção de seis abrigos para os venezuelanos que migraram para o estado. Para ele, Temer deveria atender o pedido da governadora de Roraima, Suely Campos, para renegociar a dívida do estado com a União, de R\$ 2 bilhões.

— E o governo se recusa a atender a demanda da governadora, do PP, que é da base. Mas obedece ao grupo do mal lá, do quanto pior melhor.



Waldemir Borreto/Agência Senado

## Cidinho Santos critica decisão de ministro sobre ISS

Cidinho Santos (PR-MT) lamentou ontem a decisão do ministro do Supremo Tribunal

Federal (STF) Alexandre de Moraes de conceder liminar para suspender as mudanças no local de incidência e cobrança do Imposto sobre Serviços (ISS) estabelecidas pela Lei Complementar 157, de 2016. Com a medida, o imposto passou a ser recolhido no município onde foi prestado o serviço, prejudicando as cidades que sediam as empresas, disse o senador.

— É injusto quando se presta serviço ao município e se paga o ISS em outro.



Gerardo Magela/Agência Senado

## Roberto Muniz pede atenção para o saneamento básico

Roberto Muniz (PP-BA) pediu ontem amplas reformas no sistema de saneamento básico para que o abastecimento de água e o tratamento de esgoto possam atender todos.

— O espírito é público, ou seja, temos que ter serviços públicos com qualidade à disposição da sociedade.

O senador cobrou incentivo a tecnologias de produção de água, em especial a dessalinização e o reúso. Ele destacou a importância do Fórum Mundial da Água e lembrou o papel determinante do tratamento de água para aumentar a expectativa de vida.



Waldemir Borreto/Agência Senado

## Wellington elogia novos ministros da Saúde e Transportes

Wellington Fagundes (PR-MT) elogiou a competência dos ministros que tomaram posse ontem. Ele destacou a atuação de Gilberto Occhi, que assumiu a pasta da Saúde, como presidente da Caixa e disse que ele tem o desafio de continuar o trabalho feito por Ricardo Barros.

Wellington também considerou acertada a escolha de Valter Casimiro Silveira para a pasta dos Transportes. E elogiou seu trabalho no Dnit.

— Nos últimos dois anos, várias obras foram retomadas, concluídas ou ainda vão ser entregues.



Waldemir Borreto/Agência Senado

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

## SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

## SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvio Burl  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

# Debate: países do Mercosul devem unificar pauta

Em audiência na Comissão de Relações Exteriores, especialistas disseram que, para negociar com a União Europeia, governos precisam estabelecer interesses comuns

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA do ciclo de debates sobre o Brasil e a ordem internacional, na Comissão de Relações Exteriores (CRE), os professores de relações internacionais Alcides Costa Vaz, da Universidade de Brasília (UnB), e Gleisse Ribeiro Alves, do Uniceub, chamaram a atenção para a necessidade de o Brasil e seus parceiros do Mercosul unificarem as pautas de negociações com a União Europeia.

Gleisse afirmou que o Mercosul deve criar uma identidade para ter o que negociar com a União Europeia.

— Agricultura é o nosso carro-chefe? Então vamos negociar agricultura. Os países europeus sabem o que querem. Temos de definir o que queremos.



Ana Amélia, entre Vaz e Gleisse, na audiência do ciclo de debates sobre o Brasil e a ordem internacional

A professora lembrou que não se consegue fechar um acordo em bloco se o bloco não está unido. Países como a Índia tomaram posições de Estado para suas negociações internacionais. O Brasil deve fazer o mesmo, disse.

Vaz também destacou a necessidade de as negociações avançarem.

— Em março de 2010 estive em uma série de reuniões em Bruxelas, com a expectativa de um clima de “agora vai”. Só que estamos em 2018 e o Brasil e

o Mercosul não avançam. É necessário estabelecer bases permanentes de pontos de negociação que passem de governo para governo, pois os países sócios do Mercosul mudam várias vezes seus pontos de negociação, atrasando

todo o processo.

A senadora Ana Amélia (PP-RS), que presidiu a audiência, lembrou que na década de 80 foi discutida a criação de uma moeda comum aos membros do Mercosul.

## Mudanças

Em 1995 os governos do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai anunciaram o início das negociações do bloco do Mercosul com a União Europeia. Mas as mudanças políticas e econômicas dos países-membros do bloco atrasaram as negociações, que não chegaram a ser concluídas.

A senadora encerrou a reunião defendendo a criação de pontes, ao contrário das defesas de barreiras, que alguns governos passaram a utilizar.

## Conselho discutirá violência contra jornalistas

O Conselho de Comunicação Social do Congresso (CCS) promoverá em 7 de maio um seminário para discutir a violência praticada contra jornalistas e profissionais de comunicação.

A decisão foi tomada ontem em reunião do órgão, que tem como atribuição a realização de estudos solicitados pelo Congresso Nacional sobre questões relativas a Comunicação Social.

O debate contará com a participação de representantes do Ministério da Justiça, da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), da Federação dos Radialistas (Fitert), da Associação Nacional de Jornais (ANJ), da Associação Brasileira de Emissoras de

Rádio e Televisão (Abert) e da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abratel), entre outras entidades.

Na mesma reunião, ficou decidido que o Conselho de Comunicação Social contará com ementas para registro dos assuntos em discussão no órgão, para facilitar a consulta pela população e promover o trabalho do colegiado.

### Aplicativos

Ainda na mesma reunião ontem, o conselho concedeu vista coletiva ao projeto que proíbe a suspensão de aplicativos da internet por decisões judiciais (PL 5.130/2016 na Câmara).

A proposta, que tramita pensada a outras proposi-

ções, é de autoria do deputado João Arruda (PMDB-PR).

O voto do relator do projeto, conselheiro Sydney Sanches, é pela rejeição do PL 5.130/2016 e pela aprovação do PL 5.204/2016, que tramita apensado à primeira proposição e admite a adoção de medidas judiciais contra aplicativos de internet.

O relator entende que os demais projetos estabelecem ampla isenção em favor de aplicativos, em confronto com o Marco Civil da Internet.

Sidney Sanches ressalta ainda que o PL 5.204/2016 contempla apenas sites dedicados a atividades ilícitas hospedados fora do país e exclui aplicativos de mensagens como o WhatsApp.



Gabinete Senador Fernando Collor

O presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), Fernando Collor (PTC-AL), está representando oficialmente o Senado em viagem ao Oriente Médio. Na Arábia Saudita, onde esteve na semana passada, Collor se reuniu com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Nizar Al-Madani, com quem tratou do fortalecimento do Grupo de Amizade Parlamentar Brasil-Arábia Saudita. O senador presenteou Al-Madani com uma camisa da Seleção Brasileira autografada pelos jogadores.

## Audiência avalia hoje proteção à mulher vítima de violência

Debater os mecanismos de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar é o objetivo da audiência pública que será realizada hoje pela Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

O requerimento para o debate é de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

No pedido, a senadora afirma considerar importante a reunião em razão da campanha internacional dos 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra a Mulher 2017, que conta com apoio da bancada feminina do Congresso Nacional. A campanha aborda o tema “Mau atendimento também é crime”.

“Entendemos ser necessário

o debate com o Estado para discorrer sobre o trabalho desenvolvido pela rede de proteção à mulher, garantindo saúde física, mental e patrimonial das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar”, afirma.

Foram convidados para participar da audiência pública a secretária nacional de Políticas para Mulheres, Fátima Lúcia Pelaes, o gestor de Defensoria e Legislação da Casa da Mulher Brasileira, Leonardo Medeiros, a coordenadora-geral do Programa Mulher Viver sem Violência, Carolina Vaz, e representantes de órgãos de proteção à mulher no Distrito Federal.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

## Comissão da MP da Eletrobras ouve especialistas esta semana

A comissão mista responsável pela análise da medida provisória que autoriza a privatização da Eletrobras e de suas subsidiárias, fará audiências públicas nesta semana para ouvir representantes do governo e da sociedade, além de técnicos contrários e favoráveis à MP 814/2017.

Hoje deverão ser ouvidos representantes da Eletrobras Distribuição Amazonas, do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Elétrico; do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e da Federação Nacional dos Urbanitários.

Amanhã são esperados profissionais da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), da Companhia Energética de

Brasília (CEB), do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Amazonas, do Fórum das Associações do Setor Elétrico, do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, além de líderes do Movimento dos Atingidos por Barragens.

### Desestatização

A medida provisória altera leis do setor elétrico e permite que a Eletrobras e suas controladas — Furnas, Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), Eletronorte, Eletrosul e a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE) — sejam incluídas no Programa Nacional de Desestatização (PND).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

## Hélio José destaca mensagem de Páscoa do papa Francisco

Hélio José (Pros-DF) parabenizou ontem o papa Francisco por promover mudanças na Igreja Católica e por condenar, em sua mensagem de Páscoa, os diversos conflitos que ocorrem em todo o mundo.

— Ele citou a interminável guerra civil na Síria, referiu-se ao conflito na Terra Santa. Igualmente a guerra civil no Iêmen, no Sudão do Sul, na Península Coreana e na Ucrânia. Finalmente, a Venezuela. O país passa por dificuldades que precisam ser resolvidas por meio de atos pacíficos e sem ingerência externa.



Moneira Mantiz/Agência Senado

Gerardo Magela/Agência Senado



Paulo Paim (3º à esq.) solicitou e coordenou a audiência pública, além de garantir aos participantes apoio às demandas apresentadas por eles

## Pais de autistas cobram mais atenção e proteção para o futuro dos filhos

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos ontem, Dia Mundial de Conscientização do Autismo, eles pediram cumprimento de lei

“O QUE SERÁ do meu filho quando eu morrer?” A preocupação com o futuro é uma das questões recorrentes para pais e mães de filhos diagnosticados com transtorno do espectro autista, que foi discutido em audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH) ontem, Dia Mundial de Conscientização do Autismo. Eles cobraram o cumprimento da lei específica para autistas, a Lei Berenice Piana (Lei 12.764, de 2012), e atenção especial aos jovens e adultos autistas.

Estima-se que 70 milhões de pessoas no mundo tenham autismo, sendo 2 milhões delas no Brasil, mas até hoje não foi feito levantamento no país para identificar essa população. Os convidados defenderam a obrigatoriedade da coleta de dados nos censos demográficos, medida prevista em projeto em tramitação na Câmara dos Deputados.

— Até hoje no Brasil temos apenas uma estimativa. Não sabemos quantos somos. Sem saber quem somos e onde estamos não conseguimos fazer uma política pública efetiva —

disse a psicopedagoga Viviani Amanajás, que é mãe de um autista.

### Espaço

A criação de espaços para proporcionar atividades que ajudem no desenvolvimento de jovens e adultos autistas e mesmo moradias assistidas para aqueles que tenham alguma síndrome severa foram algumas das propostas defendidas durante o debate. Segundo Ana Paula Gulias, conselheira do Movimento Orgulho Autista Brasil, os adultos autistas integram uma população invisível.

— O que vai acontecer com meu filho quando eu morrer? Fora do Brasil existem moradias como na Holanda e nos Estados Unidos. No Brasil não sabemos nem quantos somos, onde estamos e como vivemos. Como vamos falar de políticas públicas sem sabermos para quantos são? Os autistas crescem. Não viram purpurina — afirmou.

Outras medidas defendidas pelos debatedores incluem a necessidade de fortalecer o

diagnóstico precoce, a legalização do cultivo caseiro e do uso da cannabis medicinal e o alívio fiscal para a família com autista, com a isenção de Imposto de Renda.

Participantes também enfatizaram a complexidade do autismo, transtorno global do desenvolvimento que tem características e intensidade variáveis. Diagnosticada com autismo aos 9 anos, Amanda Paschoal, hoje com 26 anos, reforçou a importância do diagnóstico precoce e do crescimento cercado de cuidados. Aluna de artes cênicas na UnB, Amanda se queixa do preconceito:

— Existe esse preconceito de que a pessoa com deficiência é uma pessoa menos capacitada.

### Despejo

A audiência foi requerida pelo vice-presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), que garantiu apoio às demandas dos autistas. Ele informou também que a comissão enviará um ofício ao governador do Distrito Federal, Rodrigo

Rolleberg, pedindo que ele reveja a decisão de despejo da Associação dos Amigos dos Autistas (AMA) do espaço ocupado pela organização no Instituto de Saúde Mental. A denúncia foi feita por Gilberto Ferreira Pereira, presidente da AMA-DF. Segundo ele, a entidade não recebe recursos do GDF, que apenas cede o ambiente.

### Atendimento

Paim também anunciou que a presidente da comissão, Regina Sousa (PT-PI), pautou para amanhã a votação de um projeto que propõe a criação de centros de atendimento integral para autistas em todos os estados e no Distrito Federal, medida que recebeu elogios durante a audiência.

Segundo o presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil, Fernando Cotta, apesar dos avanços em relação à garantia de direitos na legislação brasileira, autistas e famílias ainda lutam para transformar muitos deles em realidade.

— Nós precisamos tirar isso do papel — afirmou.

### “Não há saída para o país sem educação”, afirma Cristovam

Não basta educar, mas não há saída para os problemas do país sem a educação, disse ontem Cristovam Buarque (PPS-DF). Para ele, sem investir no ensino, o Brasil jamais será um país rico, desenvolvido, justo, civilizado e nem mesmo seguro.

— A educação não resolve tudo, mas nada se resolve sem ela — ressaltou o senador.

Até mesmo para lidar com as novas tecnologias, o trabalhador precisa estar treinado desde criança, alertou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

### Paim: governo deixou vencer MP que mudou reforma trabalhista

O senador Paulo Paim (PT-RS) criticou ontem em Plenário o governo federal por deixar vencer a medida provisória destinada a corrigir aspectos da reforma trabalhista contestados pelos senadores.

Ele destacou que nem sequer foram escolhidos o presidente e o relator da comissão mista da MP 808/2017, que vence hoje.

— Quem vai pagar a conta é o assalariado brasileiro, porque vai continuar o negociado sobre o legislado e a rescisão de contrato feita até por correspondência — não é preciso mais sindicato nem advogado acompanhar —, o trabalho intermitente, o contrato autônomo e a mulher trabalhar em área insalubre.

### Medeiros pede mais educação e assistência à primeira infância

José Medeiros (Pode-MT) destacou ontem a importância da educação na primeira infância. Crianças entre 0 e 6 anos, disse o senador, devem ser estimuladas continuamente para que não cresçam em desvantagem na sociedade. E é preciso manter políticas públicas para assegurar boas condições para as crianças em seu ambiente familiar.

— Se uma criança não for bem estimulada durante a sua concepção e até os seus 6 anos de idade, ela vai ter dificuldades no seu aprendizado.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Subcomissão debate hoje o sistema de inspeção do trabalho

Debater a inspeção do trabalho no Brasil é o objetivo da audiência pública interativa que a Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho promove hoje, a partir das 9h. Presidida por Telmário Mota (PTB-RR), a subcomissão funciona no âmbito da Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Foram convidados para o debate o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Guilherme Guimarães Feliciano, o procurador do

Trabalho Paulo Douglas Almeida de Moraes, o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Carlos Fernando da Silva Filho, e a secretária de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho, Maria Teresa Pacheco Jensen.

Também devem participar representantes da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas e da Associação Latino-Americana de Juízes

do Trabalho. Foram convidados ainda representantes de centrais sindicais.

### Planejamento

O Sistema Federal de Inspeção do Trabalho (Sfit) é um instrumento da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego que oferece suporte para o planejamento da fiscalização de todas as delegacias e subdelegacias regionais do Trabalho, agências de atendimento do trabalhador e órgãos

do ministério envolvidos na área.

Requerida pelo vice-presidente da subcomissão, senador Paulo Paim (PT-RS), a audiência acontecerá na sala 6 da Ala Nilo Coelho do Senado. Qualquer pessoa pode interagir com os participantes com perguntas, críticas e sugestões por meio do Portal e-Cidadania ou pelo Alô Senado.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate